



Proposta de novo código acelera processos na Justiça

O Código de Processo Penal, que completa 68 anos, pode ganhar nova versão para agilizar processos na Justiça. Comissão de Juristas apresentou propostas ao presidente José Sarney, na foto com o coordenador do trabalho, Hamilton Carvalho.

página 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 3.006/215 — Brasília, 27 de abril a 3 de maio de 2009

EDIÇÃO SEMANAL 

Megadebate: preservação combina com agronegócio?

As 11 comissões permanentes do Senado vão se reunir nesta quarta-feira, a partir das 9h30, no Plenário,

com o objetivo de debater as implicações da legislação ambiental brasileira para o agronegócio.

página 9

Ministros falam sobre Amazônia

Três ministros – Carlos Minc, Guilherme Cassel e Mangabeira Unger – devem participar, nesta terça-feira, de audiência no Senado que discutirá regras para regularização de terras da União na Amazônia Legal.

página 2



Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, flagrante de ocupação ilegal em uma das áreas de preservação permanente (APPs) do país

cidadania

Doação de ossos é pouco conhecida

Ainda pouco praticada no Brasil, a doação de ossos pode ajudar pessoas que sofrem de doenças que provocam perda óssea, como tumores, ou que utilizam próteses.

página 16

educação

Ensino superior: mais vagas sem perder a qualidade

página 7

Senado limita concessão de passagens aéreas

O Plenário aprovou projeto de resolução que limita aos senadores e seus assessores as passagens aéreas pagas pela Casa. Cada parlamentar terá direito a cinco trechos de ida e volta ao estado de origem por mês. Os gastos serão divulgados pela internet.

página 13

cpi das ongs

Heráclito pedirá ao Coaf dados sobre repasses

página 10

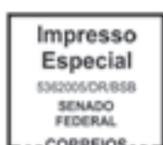
federação

STF defende prioridade ao Pacto Republicano

página 3

e mais...

agora é lei	6
ambiente legal	8
projetos aprovados	11
resenha	14
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



agenda

Ministros explicam regularização de terras públicas na Amazônia

Comissões de Meio Ambiente e Agricultura discutem medida provisória, em tramitação na Câmara, que permite a legalização de 67 milhões de hectares, o que pode beneficiar 300 mil famílias

Os ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente, Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, e Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, estão entre os convidados para a audiência pública que discutirá, nesta terça-feira, regras para a regularização fundiária de terras da União localizadas na Amazônia Legal.

O debate, promovido pelas comissões do Meio Ambiente (CMA) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), tem por objetivo esclarecer os senadores sobre a Medida Provisória (MP) 458/09, que trata do tema e será votada pelo Senado após deliberação pela Câmara dos Deputados. A audiência foi proposta pelo senador João Pedro (PT-AM).



VALTER CAMPANATO/ABR



ROOSEVELT PINHEIRO/ABR

Ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, devem responder críticas sobre risco de favorecimento a grileiros

Com a MP, o governo pretende formalizar a ocupação de cerca de 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia, permitindo a entrega de títulos a seus ocupantes. De acordo com

dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 300 mil famílias poderão ser beneficiadas.

A medida determina a regularização de áreas com até 15

módulos fiscais, o que equivale a 1.500 hectares. Terão prioridade ocupações com até quatro módulos fiscais, área referente à maioria das unidades familiares de produção. A regularização será gratuita até um módulo fiscal.

A medida provisória tem sido criticada por movimentos sociais e ambientalistas, que apontam o risco de favorecimento a ocupantes ilegais e grileiros. Também tem sido questionada a transferência de controle das ações de regularização de terras, que passaria do Incra para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em caráter extraordinário.

Leia na página 9: 11 comissões debatem legislação ambiental

Haddad expõe programas do Ministério da Educação

O ministro da Educação, Fernando Haddad, detalha os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários do Ministério da Educação para 2009 em audiência na Comissão de Educação (CE) nesta terça-feira.

Na última quinta-feira, o presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), e a senadora Fátima Cleide (PT-RO) participaram, no auditório do ministério, do lançamento do plano para a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), que ocorrerá de 23 a 27 de abril de 2010.

Arns informou que a Comissão de Educação participará "de perto" da conferência e de suas reuniões preparatórias, inclusive realizando audiências públicas a respeito do tema. Fátima Cleide e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) foram indicados por ele para auxiliarem na organização das atividades.

Ingresso da Venezuela no Mercosul volta a ser debatido em comissão

A entrada da Venezuela no Mercosul volta a ser discutida pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), em audiência nesta quinta-feira. Foram convidados o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o embaixador do Brasil naquele país, Antônio José Ferreira Simões; e o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.

No último dia 16, participaram de debate sobre o assunto na comissão os embaixadores

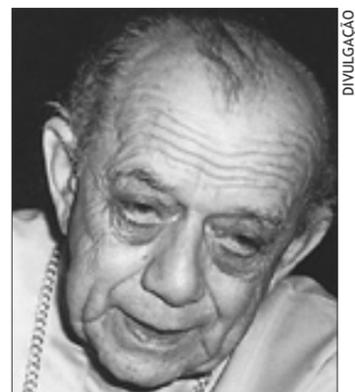
Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e Paulo Tarso Flexa de Lima, além do representante da Confederação Nacional da Indústria, José Augusto Fernandes. As audiências foram propostas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A Câmara dos Deputados e a bancada brasileira no Parlamento do Mercosul já aprovaram o projeto de decreto legislativo (PDL 430/08) sobre a adesão da Venezuela.

Senado homenageia nesta quarta-feira a memória de dom Helder Câmara

A memória de dom Helder Câmara será homenageada pelo Senado Federal no período do expediente da sessão desta quarta-feira, às 14h, pelo transcurso do centenário de seu nascimento. A solicitação da homenagem foi feita em requerimentos dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Nascido em Fortaleza, em 7 de fevereiro de 1909, Helder Pessoa Câmara foi consagrado bispo auxiliar do Rio de Janeiro em 1952 e, no mesmo ano, teve sua nomeação para bispo. O religioso contribuiu para revigorar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e atuou em defesa do ajuste dos ideais da Igreja Católica a padrões mais modernos.



DIVULGAÇÃO

Nascido em 1909, dom Helder contribuiu para revigorar a CNBB

comissões

Segunda-feira

MERCOSUL

Representação – O Parlamento do Mercosul se reúne em Assunção, no Paraguai, para definir o critério de proporcionalidade para a eleição dos representantes de cada país do bloco.

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Terras da União – Debate sobre a medida provisória que trata da regularização fundiária das ocupações em terras situadas em áreas da União, na Amazônia Legal. Entre os convidados, os ministros de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger; do Meio Ambiente, Carlos Minc; e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

10h – EDUCAÇÃO

MEC – Os senadores ouvem o ministro da Educação, Fernando Haddad, a respeito das políticas, programas e projetos a serem implantados pelo ministério em 2009.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Castelo de Areia – Audiência pública para ouvir o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, sobre a Operação Castelo de Areia, da PF, e a atuação do Ministério da Justiça.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Municípios – O primeiro projeto da pauta reduz ou até mesmo dispensa a contrapartida financeira nas transferências voluntárias da União a municípios. O projeto determina que, para a concessão do benefício, os recursos deverão ser aplicados em programas habitacionais de interesse social ou em projetos de saneamento básico. Prevê ainda que o município apresente indicadores de desenvolvimento econômico ou social desfavoráveis em relação à média nacional (Estatuto das Cidades).

14h30 – CPI das ONGS

Depoimento – Senadores ouvem o promotor de Justiça Sérgio Suyama.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Clima – Definição dos trabalhos para

2009. Estão convidados os pesquisadores do Inpe Carlos Afonso Nobre e Telma Krugger.

15h – AGRICULTURA

Terras – O primeiro item em pauta é a proposta que permite ao governo federal pagar em dinheiro pela compra de terras para fins de reforma agrária.

Quarta-feira

9h – TODAS AS COMISSÕES

APPs – Audiência conjunta das comissões do Senado para analisar a definição de áreas de proteção permanente, o alcance territorial da legislação ambiental e indígenista e as implicações para o agronegócio. Foram convidados os pesquisadores da Embrapa Gustavo Ribas Curcio e Evaristo de Miranda.

Após audiência pública – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Maioridade penal – Na pauta, duas PECs: a que reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal; e a que atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar processo

sobre demarcação de terras indígenas.

Após ordem do dia – RELAÇÕES EXTERIORES

Farc – Audiência pública com a senadora colombiana Piedad Córdoba Ruiz, uma das principais interlocutoras do governo daquele país com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), sobre a participação do Brasil na missão humanitária na Colômbia.

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Venezuela – Debate sobre projeto que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Foram convidados o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o embaixador Antonio José Ferreira Simões; e o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Crise financeira – Audiência pública sobre a atual situação financeira dos municípios. Logo após, pauta com 53 requerimentos de votos de aplauso.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

MPs – A pauta está trancada por três medidas provisórias (MPs 449, 450 e 451) modificadas pelos deputados e transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs 2, 3 e 4) que alteram a legislação tributária para amenizar os efeitos da crise financeira.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

10h – Sessão especial

OIT – Comemoração dos 90 anos de criação da Organização Internacional do Trabalho.

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

Dia do Trabalho

justiça

STF pede aprovação de Pacto Republicano

Objetivo é reduzir conflitos entre os Poderes por meio de mudanças nas leis que tratam de abuso de autoridade, crime organizado, lavagem de dinheiro e interceptação telefônica

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, esteve no Congresso na semana passada para pedir prioridade na apreciação dos projetos que integram o 2º Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, em tramitação na Câmara.

Os episódios que levaram a conflitos entre os Poderes, associados a críticas de judicialização da política pelo Supremo em questões de prerrogativa do Congresso Nacional, acabaram por motivar a assinatura desse 2º Pacto.

A ideia é converter os projetos em uma agenda positiva, que sirva, paralelamente, para diminuir os impactos dos problemas enfrentados pelo Legislativo e pelo Judiciário nas últimas semanas.

A ênfase do pacto está nas propostas que tratam de abuso de autoridade, crime organizado, lavagem de dinheiro e interceptação telefônica. Esses assuntos foram temas de divergência, principalmente entre o STF e o Ministério da Justiça, responsável pelas ações da Polícia Federal, acusada de ter desrespeitado direitos fundamentais dos cidadãos investigados.

Propostas já estão no Congresso

O Executivo enviou ao Congresso cinco projetos de lei que integram o 2º Pacto Republicano. Entre outras mudanças, as propostas estabelecem novas regras para a cobrança de dívidas fiscais e para as ações civis públicas.

Os textos estabelecem novos mecanismos para cobrança dos créditos inscritos na dívida ativa da União. Eles regulamentam a oferta de bens imóveis como garantia para pagamento de dívidas por meio do bloqueio administrativo dos bens dos devedores com o Fisco e a possibilidade de o Estado fazer acordos para o recebimento antecipado das dívidas.

A ideia é tornar mais eficiente a cobran-

ça do estoque da dívida ativa da União que, incluída a da Previdência Social, já ultrapassa R\$ 900 bilhões.

Diferentemente das medidas do 1º Pacto, que teve mais da metade dos projetos de lei já aprovada pelo Legislativo, as propostas encaminhadas tratam de temas historicamente polêmicos, já que envolvem, de um lado, a vontade do governo arrecadar impostos e, de outro, os contribuintes, empresas e cidadãos, que não querem ser coagidos arbitrariamente pelo Leão.

Dos cinco projetos, três já tiveram tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. Veja os detalhes abaixo:

PL 5.080/09

Mais de 50% dos processos judiciais são execuções fiscais. São 2,5 milhões de processos só na Justiça Federal. Enquanto a fase administrativa dura quatro anos, a judicial leva 12 anos para ser concluída. Entre outras medidas, a proposta interrompe a prescrição a partir da notificação administrativa e integra a fase administrativa de cobrança com a fase judicial, evitando duplicidade e reservando ao Judiciário demandas que possam ser executadas com patrimônio.

PL 5.081/09

Institui mecanismos de cobrança da dívida ativa da União, por meio de garantias extrajudiciais, da oferta de bens imóveis em pagamento, da previsão da redução de encargos e da negociação administrativa amigável. Se os valores hoje depositados em juízo forem colocados à disposição, a previsão é que a Receita tenha mais R\$ 650 milhões por ano. Já a mudança nas garantias daria mais R\$ 4,2 bilhões ao Tesouro.

PL 5.082/09

Chamado de Lei Geral de Transação em Matéria Tributária, o projeto permite que o fisco e os contribuintes, em entendimento direto, alcancem uma aplicação mais homogênea da legislação tributária. Cria a Câmara Geral de Transação e Conciliação, vinculada à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Para valores acima de R\$ 1 milhão dependerá da autorização do procurador-geral; e superiores a R\$ 10 milhões, do ministro da Fazenda.



Gilmar Mendes, presidente do STF, pediu prioridade para a votação dos projetos, visto como uma "agenda positiva", uma alternativa aos recentes desgastes sofridos pelo Congresso e pelo Supremo

Iniciativa tem aval dos três Poderes

O 2º Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo foi assinado em 13 de abril pelos presidentes da Câmara, do Senado, do Supremo e da República, e visa aperfeiçoar a legislação sobre temas como abuso de autoridade, escutas telefônicas, uso de algemas, crime organizado, lavagem de dinheiro e questões

tributárias, entre outros assuntos.

Caberá ao Legislativo a votação dos projetos, que incluem ainda a conclusão da reforma do Judiciário. Porém, a Secretaria da Reforma do Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça, até o fechamento desta edição, ainda não haviam detalhado a lista de propostas em tramitação que passam a integrar o plano.

Câmara aprova primeiro projeto do acordo

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou na semana passada projeto do deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) que permite aos relatores de ações penais contra políticos com foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça convocar juízes ou desembargadores para auxiliarem nos processos (PL 1.191/07).

A proposta segue para o Senado e, se aprovada, processos em que parlamenta-

res são réus, como no caso do mensalão, poderão ser acelerados. Atualmente, é raro que haja uma condenação de autoridades por parte do STF. Muitas decisões nem sequer são tomadas, já que a demora na análise dos processos leva à prescrição dos crimes dos quais as autoridades foram acusadas.

Atualmente, aguardam decisão no STF 288 inquéritos contra deputados e senadores, mas até hoje nenhum congressista foi condenado pelos ministros.

Discussão no STF: José Nery apoia declarações do ministro Joaquim Barbosa



FOTOS: GERALDO MAGELA

Para José Nery, Barbosa "teve a felicidade de dizer o que muitos brasileiros gostariam de ter dito", enquanto Valter Pereira contesta, defendendo "atuação irretocável" de Mendes

O senador José Nery (PSOL-PA) apoiou as declarações do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, durante discussão áspera com o ministro Gilmar Mendes, presidente da Casa, na quarta-feira, em sessão do STF. Para o senador, Joaquim Barbosa "teve a felicidade de dizer o que muitos brasileiros gostariam de ter dito".

Nery lembrou que Gilmar Mendes participou do governo federal em 2000, época "em que nosso país presenciou a mais selvagem privatização das estatais, processo recheado de indícios de irregularidades". Disse que, "cada vez que estoura um escândalo envolvendo Daniel Dantas, reaparecem os indícios do enriquecimento do banqueiro no período das privatizações". O senador observou que o presidente do Supremo mandou libertar Daniel Dantas por duas vezes durante a Operação Satiagraha, da Polícia Federal.

– O presidente do Supremo deveria salvaguardar a nossa Constituição e deixar de apoiar o que tem de mais retrógrado na política brasileira – opinou.

Em aparte, Valter Pereira (PMDB-MS) contestou Nery, sustentando que a conduta do ministro Gilmar Mendes tem sido irretocável. Para ele, é preocupante ver um ministro do STF recomendar que seu presidente vá à rua ouvir a opinião pública, pois quem tem de ouvir a população são os congressistas.

Já o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou que o Congresso e o Judiciário venham sendo "achincalhados". Enquanto isso, continuou, ficam de lado ações terríveis, devastadoras com o dinheiro público, que o Executivo pratica. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PTB-SP) também manifestaram preocupação com o tom áspero adotado pelos dois ministros na reunião do Supremo.

decisões

CCJ simplifica processo de cassação de prefeitos

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça elimina a necessidade de leitura completa dos autos na sessão da câmara de vereadores

Modificação em decreto-lei que trata do processo de cassação de prefeitos pode garantir maior celeridade aos atos que devem ser executados pelas câmaras de vereadores nesses casos. Projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) altera o Decreto-Lei 201, de 1967, para restringir a leitura do processo de cassação às peças que forem solicitadas pelos vereadores e pelo denunciado.

– Com a restrição à leitura dos autos apenas às peças que forem requeridas, o processo ganha celeridade e elimina-se, como efeito não desprezível, a excessiva protelação na decisão legislativa – afirma em seu voto o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), que também preside a CCJ.

O senador argumenta que a leitura integral dos autos costumava



Para presidente da CCJ e relator do projeto, Demostenes Torres (E, ao lado de Tasso Jereissati), procedimentos para perda de mandato vão ganhar celeridade

ma servir de subterfúgio “para esvaziar a sessão da câmara de vereadores, cansar os membros do Legislativo e obter ganhos de prazo”.

O projeto (PLC 22/05), do deputado Osmar Serraglio (PMDB-

PR), também acrescenta a determinação de que o início do recesso legislativo não suspenda a tramitação dos processos de cassação. A matéria agora vai ser votada pelo Plenário do Senado.

Parlamentar cassado pode perder aposentadoria

Parlamentar que tenha sido cassado por envolvimento em atividades ilícitas com dinheiro público poderá ser impedido de se aposentar pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas. Caso o senador ou o deputado federal renuncie durante o processo de cassação de mandato, para tentar fugir do julgamento dos colegas, também perderá o direito à aposentadoria.

A proposta (PLS 113/07) é do senador Expedito Júnior (PR-RO) e foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, indo agora ao exame da Câmara dos Deputados.

– A exaustão da sociedade brasileira com atos criminosos cometidos por membros do Congresso Nacional, envolvendo recursos públicos, impõe a este Parlamento a adoção de medidas moralizadoras duras e contundentes – diz Expedito Júnior. O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), recomendou a aprovação.

CCJ adia votação de PEC paralela dos vereadores

Um pedido de vistas coletivo adiou por duas semanas a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do texto que fixa os limites nominais de gastos das câmaras municipais por meio de lei complementar e não mais pela Constituição.

A fixação desses gastos por lei complementar é a principal alteração promovida pelo substitutivo do senador Valter Pereira (PMDB-MS) a proposta de emenda à Constituição (PEC 47/08) apresentada pelo senador César Borges (PR-BA).

A proposta é conhecida como emenda paralela à PEC dos Vereadores (PEC 20/08), a qual determina a criação de mais de 7 mil vagas de vereadores no país e foi aprovada pelo Plenário em dezembro de 2008.

Mais transparência nos gastos com cartões corporativos

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Presidência da República, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público devem divulgar, pela internet, os gastos destinados ao reembolso – as chamadas verbas indenizatórias – de despesas efetuadas por seus agentes públicos no exercício de suas funções.

A proposta que autoriza essa divulgação foi acolhida na quarta-feira, em caráter terminativo, pela CCJ e inclui também os gastos efetuados por meio de cartão corporativo.

Atualmente, as despesas feitas por autoridades e demais

funcionários do Executivo e do Judiciário, com o uso ou não do cartão corporativo, e por parlamentares, por meio da verba indenizatória, não são divulgadas de maneira permanente ou sistemática. Foi o que constatou o autor da proposta (PLS 671/07), Expedito Júnior (PR-RO), argumentando que tal situação que não atende às necessidades da sociedade de conhecer, em detalhes, como estão sendo gastos os recursos públicos.

Expedito acredita que sua proposta não fere o direito ao sigilo bancário dos indivíduos, pois a divulgação deve se restringir a gastos institucionais.

Frente quer preço menor para quem compra em dinheiro

A Frente Parlamentar Mista do Comércio Varejista defendeu, em debate realizado na semana passada, a diferenciação entre os preços dos produtos nas compras efetuadas com cartões de crédito e débito e com moeda corrente. Esse (PLS 213/07) é um dos projetos defendidos

Não é justo que aqueles que não pagam com cartão de crédito arquem com um custo que não é seu – lamentou Adelmir Santana.

Para o deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC), que preside a frente parlamentar, o objetivo dessa e de outras medidas é “diminuir a assimetria” existente nessas relações para que “o direito de consumidores, lojistas e emissores de cartão sejam equivalentes, e seja sadia a utilização de cartões de crédito dos cidadãos”.

Outros três projetos sobre o assunto tramitam no Congresso: o PLS 677/07, que permite o uso da mesma máquina para operar diferentes cartões; o PLS 678/07, que designa o BC para fiscalizar e administrar as empresas de cartões de crédito e débito; e o PLS 680/07, que quebra o monopólio das credenciadoras de cartões.

Para Adelmir Santana, custo do cartão é pago até por quem não usa

Vice-presidente da frente,

o senador Adelmir Santana (DEM-DF) destacou a importância da concessão de descontos para pagamento à vista. Ele se baseou em estudo do Banco Central, Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda segundo o qual as transações com cartão hoje não permitem a negociação direta entre lojista e consumidor, que acaba arcando com o custo da operação.

– Os preços estão inflados.

orçamento

Efraim Moraes é escolhido relator de Infraestrutura

O senador Efraim Moraes (DEM-PB) foi escolhido na quarta-feira, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), relator de Infraestrutura do Orçamento da União para 2010. A área abrange as obras de transportes, comunicações e energia, que ficam com a maior parte dos investimentos federais.

É a primeira vez que essa área do Orçamento fica nas mãos de um parlamentar de oposição, em razão de um rodízio de partidos e de congressistas imposto pela

Resolução do Congresso Nacional 1/06.

A relatoria geral do Orçamento estará com um petista – deputado Geraldo Magela (DF). O relator-geral, entretanto, não tem poderes para modificar um relatório setorial. Pelo regimento, cabe ao relator setorial aceitar ou não as emendas dos parlamentares e das comissões à proposta orçamentária. Por maioria de votos, o plenário da CMO, no entanto, pode derrubar partes de um relatório setorial. O governo tem maioria

de votos na comissão.

Outros três senadores foram indicados como relatores setoriais do projeto de Orçamento para o ano que vem: João Vicente Claudino (PTB-PI), para a área de Saúde; João Ribeiro (PR-TO), para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esportes; e Lobão Filho (PMDB-MA), para temas relacionados aos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e do Turismo. A CMO é presidida pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Comissão convida Sérgio Gabrielli a explicar irregularidades em refinaria

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, foi convidado a falar aos deputados e senadores sobre o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou irregularidades nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em construção no estado de Pernambuco. O convite foi aprovado na quarta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Parlamentares da base do go-

verno tentaram evitar o requerimento do deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), entre outros motivos porque ele afirmava no documento que fora identificado pelo TCU “superfaturamento” nas obras da refinaria da Petrobras. Cajado concordou em suprimir a afirmação sobre o “superfaturamento” e, com isso, o requerimento foi aprovado, inclusive com votos da base governista.

decisões



JANE ARAUJO

Comissão de juristas e Casagrande (2º à dir.) entregam ao presidente do Senado anteprojeto de novo código

Senado discute mudanças no processo penal

Acompanhado da comissão de juristas que elaborou o texto, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) entregou na quarta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, o anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP), que, se aprovado pelo Congresso, substituirá o que está vigente há 68 anos – foi editado por Getúlio Vargas em pleno Estado Novo.

O trabalho da comissão foi coordenado pelo ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça. A proposta será encaminhada a uma comissão especial. Sarney diz que fará “de tudo

para que o projeto tenha uma tramitação rápida”, embora tenha salientado que, por se tratar de um código, a matéria é complexa e exigirá muito trabalho do Congresso até ser aprovada.

– Matérias assim nunca são consensuais. Um código é sempre uma matéria muito difícil. Tanto que aqui, às vezes, temos códigos que têm levado mais de dez anos – observou.

Renato Casagrande, autor do requerimento de criação da comissão de juristas, afirmou que o principal mérito do anteprojeto é tornar mais rápido

o trâmite processual.

– Nós estamos trabalhando para que o sistema processual penal seja acionado só se de fato for preciso. Se puder ter entendimento entre as partes, será muito melhor. Estamos limitando o número de recursos de embargos para que o processo não seja levado ao infinito – disse o senador.

Fizeram parte da comissão, que teve como relator o procurador regional da República da 1ª Região, Eugênio Pacelli de Oliveira, nove juristas, entre membros do Ministério Público, juízes, delegados, acadêmicos e advogados.

Juiz das garantias e limite de recursos são inovações

O anteprojeto de Código de Processo Penal traz entre suas principais novidades a figura do juiz das garantias, destinado a controlar a legalidade da investigação. A ideia é que esse juiz atue apenas durante a fase de inquérito. Oferecida a denúncia contra o acusado na Justiça, esse magistrado cederia seu lugar ao juiz do processo propriamente dito, o qual ficaria livre para avaliar como quisesse as provas colhidas no inquérito.

– A figura do juiz das ga-

rantias é hoje algo que tem unanimidade na Academia, fora da Academia e em todas as experiências processuais de Estados que buscam uma legislação de ordem democrática – disse o ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça, que coordenou a comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar o anteprojeto.

O texto impõe ainda limites para a detenção de acusados antes da condenação. Hoje vigora a jurisprudência de

que a prisão provisória pode durar, no máximo, 81 dias, porém, há muitos presos enfrentando prazo superior a esse.

Nos casos de crime doloso contra a vida, o texto prevê a extinção do foro privilegiado dado a autoridades.

O anteprojeto também restringe os recursos a apenas um em cada instância do Judiciário, o que deverá limitar esse instrumento de atraso processual a três recursos no total.

Atividade de motoboys perto de ser regulamentada

Relator de projeto (PLS 203/01) do ex-senador Mauro Miranda, que regulamenta as atividades de motoboy e de mototaxista, o senador Expedito Júnior (PR-RO) acredita que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar a proposta esta semana. Na quinta-feira, a CCJ realizou audiência pública, com especialistas, sindicalistas e representantes do governo, sobre essas atividades, que empregam mais de 2 milhões de brasileiros.

Romeu Tuma (PTB-SP) disse apoiar a regulamentação, desde que os condutores e passageiros tenham todas as condições de segurança e que as empresas ofereçam seguro de vida aos motoqueiros profissionais.

As senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) classificaram de “ponto pacífico” a aprovação do projeto, enquanto o senador Jayme Campos (DEM-MT) defendeu a obrigatoriedade de se averiguar a vida pregressa dos condutores.

CCT aprova regulamentação da profissão de geofísico

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou, na quarta-feira, o projeto (PLC 117/06) que regulamenta a profissão de geofísico, definindo o campo de atuação e os requisitos para o exercício da atividade. A proposta será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), trata-se de uma profissão muito importante para o desenvolvimento do país, uma vez que a participação dos geofísicos é essencial em atividades como as de prospecção e lavra de diversos recursos minerais, como o petróleo. Os geofísicos são ainda responsáveis, como ressaltou, pelo estudo das condições sísmológicas do solo, o que ganhou importância nos últimos anos com a ocorrência de tremores de terra em várias partes do país. Pelo projeto, os geofísicos serão inseridos no sistema do Conselho Federal e dos conselhos estaduais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea).

Projeto dá novos direitos a testemunhas

Utilizar modificador de voz, não depor na presença do acusado e ter endereço mantido sob sigilo estão entre as garantias aprovadas pela CCJ

Proposta que assegura à vítima e à testemunha de delito novas formas de proteção, entre as quais o direito de não depor na presença do acusado ou de familiares ou amigos dele, bem como o direito de depor encapuzadas ou usando microfone com modificador de voz, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em caráter terminativo.

De acordo com o autor do projeto (PLS 173/01), Alvaro Dias (PSDB-PR), a intenção é cercar de garantias especiais as vítimas e testemunhas de delito, para que elas possam, “segura e tranquilamente”, prestar colaboração. A proposta – que altera a Lei 9.807/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas – já havia sido aprovada na CCJ em novembro de 2006, mas, devido ao término da legislatura sem que tenha sido analisada em Plenário, retornou à comissão.

O projeto garante ainda à vítima e à testemunha o direito ao

sigilo dos respectivos endereços, que não poderão constar dos inquéritos e processos judiciais. Prevê também que fiquem em sala separada do acusado enquanto estiverem à disposição do juiz.

– Vale ressaltar que o sucesso da investigação policial e o bom resultado final do processo criminal dependem muito do interesse da vítima em colaborar, pois é ela quase sempre quem comunica o crime e indica as principais testemunhas – afirma o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



JANE ARAUJO

Alvaro Dias diz que vítima deve ter condições de testemunhar “segura e tranquilamente”

CCJ rejeita diminuição de prazos judiciais do Ministério Público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou na quinta-feira projeto que pretende eliminar a contagem diferenciada de prazos, no Código de Processo Civil, em favor da Fazenda Pública e do Ministério Público, que têm o quádruplo do prazo para contestar e o dobro para recorrer nas ações judiciais.

A proposta (PLC 61/03), do então deputado José Roberto Batochio, será ainda submetida a Plenário, para decisão final. Em sua justificativa, o deputado salientava não haver razão para

o privilégio, pois todas as partes devem “arcar igualmente” com os ônus das disputas judiciais.

Os integrantes da CCJ, no entanto, optaram por seguir a posição do relator, Jayme Campos (DEM-MT). Para o senador, a supressão do prazo diferenciado seria insignificante para combater a lentidão da Justiça, só tornando mais difícil a defesa de direitos da sociedade, ainda mais ante o grande número de processos e a carência de recursos do Ministério Público e da Fazenda Pública.

SEQUESTRO-RELÂMPAGO

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, elogiou a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de sancionar projeto que introduziu no Código Penal o crime de sequestro-relâmpago. Demostenes e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator na CCJ, temiam o veto presidencial, uma vez que o Ministério da Justiça havia manifestado oposição à sanção do projeto, proposto pela Comissão Especial de Segurança Pública, criada pelo Senado em 2004.

CONSUMO DE DROGAS

A CCJ deverá criar uma subcomissão temporária para examinar medidas que contribuam para o enfrentamento do problema do tráfico e do consumo de drogas. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou sua preocupação com o alastramento do consumo de crack no país. – O crack está hoje em qualquer pequeno município, aumentando o índice de criminalidade entre a juventude. Isso é uma catástrofe, uma epidemia – afirmou.

educação

Taxa zero para aluno carente no vestibular

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, projeto veda cobrança pelas instituições federais. Para virar lei, depende de aprovação na Câmara

O projeto que acaba com a cobrança de taxas de inscrição em vestibulares para alunos carentes, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo texto do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), fica proibida a cobrança de qualquer valor relativo a inscrição em processos seletivos de instituições federais de educação superior para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública ou que possuam renda familiar inferior a dois salários mínimos.

Durante a discussão do projeto (PLS 120/03), que segue para exame da Câmara dos Deputados, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) julgou mais “saúdável” a adoção da medida nesses termos, pois, ao contrário da política de cotas, “vai beneficiar os alunos carentes indistintamente”.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) tam-



Proposta de Mercadante beneficia quem cursou ensino médio na rede pública ou tem baixa renda

bém elogiou a possibilidade de se contemplar alunos carentes que, “por ação de algum benemérito”, tenham tido seus estudos pagos em escola particular.

Hasteamento obrigatório da Bandeira Nacional

O hasteamento da Bandeira Nacional pode passar a ser obrigatório durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana, para as escolas públicas e particulares

do ensino fundamental e médio. É o que determina outro projeto de Mercadante (PLS 184/03) também aprovado pela CCJ em decisão final.

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), recomendou a aprovação do texto proposto pela Comissão de Educação (CE), em que o hasteamento semanal seria estendido também às escolas de ensino médio.

Outra aprovação terminativa da comissão na semana passada foi a do PLS 244/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que obriga as concessionárias de serviço público a manter posto de atendimento pessoal ao usuário em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Para reduzir o impacto econômico da medida, é admitida ainda a possibilidade de as concessionárias montarem uma parceria para atender a essa exigência. Segundo Valadares, demanda apresentada pela população do interior de Sergipe motivou sua proposta.



Serys, durante encontro para debater o projeto: senadora é favorável à reserva de 50% das vagas para afrodescendentes, indígenas e alunos de escolas públicas

Serys pretende manter critério racial nas cotas universitárias

Serys Shlessarenko (PT-MS) reuniu-se na semana passada com representantes de centrais sindicais, comunidades indígenas, afrodescendentes e mulheres para debater a política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas. A senadora é relatora do projeto (PLC 180/08), em exame na CCJ, que determina a adoção do sistema de cotas – com reserva de 50% de vagas –, por um prazo de dez anos, para afrodescendentes, indígenas e alunos de escolas públicas.

Embora haja sugestões no sentido de manter no projeto apenas as cotas sociais – para alunos de escolas públicas e de famílias carentes, independentemente de raça –, Serys afirmou que não vai retirar as cotas raciais.

– Aí, é perder ou ganhar. A batalha é difícil porque é uma situação que mexe em nossas raízes e com os nossos preconceitos – disse a senadora, para quem, até agora, “houve apenas boatos” sobre a apresentação de um relatório alternativo.



Patrus Ananias e a senadora Rosalba Ciarlini, durante o debate na CAS: meta em 2009 é ampliar o programa para atender a 12 milhões de famílias

Ministro assegura que o Bolsa Família é programa apartidário

A condução do programa Bolsa Família não leva em conta aspectos político-partidários, garantiu o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– É um programa republicano, porque atende a todos os municípios, independentemente de sua coloração político-partidária – declarou, lembrando que o

programa atende a 11,1 milhões de famílias e está inserido numa rede de proteção e promoção social que reúne estados e municípios.

O ministro previu para este ano a ampliação do Bolsa Família para 12 milhões de famílias, com a garantia mínima de dois anos de permanência aos beneficiados, além dos trabalhos de inclusão produtiva e de capacitação profissional.

Senadores participam do lançamento da Conae

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Flávio Arns (PT-PR), e a senadora Fátima Cleide (PT-RO) participaram na semana passada do lançamento do plano para a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), que acontecerá entre os dias 23 a 27 de abril de 2010.

Para Flávio Arns, o encontro fará uma abordagem ampla dos temas da educação. As conferências anteriores, observou, trataram de temas específicos, como educação básica ou ensino superior.

– A conferência nacional de 2010 abordará o tema amplo da educação, envolvendo desde a educação infantil até a pós-graduação – afirmou o presidente da Comissão de Educação.

Fátima Cleide lembrou que

o processo de organização da Conae começou o ano passado, durante a Conferência Nacional do Ensino Básico. A senadora participa do grupo de organização da Conae como representante titular da CE, tendo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como suplente.

– Estamos buscando uma participação efetiva da CE desde as conferências municipais, as conferências estaduais, até a conferência nacional – declarou Fátima Cleide.

A Conae 2010 terá como tema “Construindo um sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação”.

– Agora vamos reunir todas as modalidades e níveis de educação das escolas públicas e privadas – enfatizou.

A Comissão de Educação, conforme informações de Fátima Cleide e Flávio Arns, continuará realizando audiências públicas para debater o Plano Nacional da Educação.

A Conae é organizada por uma comissão nacional integrada por representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Conselho Nacional de Educação, das entidades dos dirigentes federais, estaduais e municipais da educação e de todas as entidades que atuam direta ou indiretamente na área.

A Conferência Nacional de Educação do próximo ano reunirá, para um grande debate, representantes dos setores público e privado, da educação infantil e da área de pós-graduação.

agora é lei

Enteado já pode usar nome da família adotiva

Os enteados já podem adotar o nome da família adotiva, de acordo com a Lei 11.924/09, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A mudança foi introduzida na Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73), que só permitia qualquer alteração de nome posterior ao registro de nascimento por sentença judicial. A partir de agora, os enteados poderão requerer

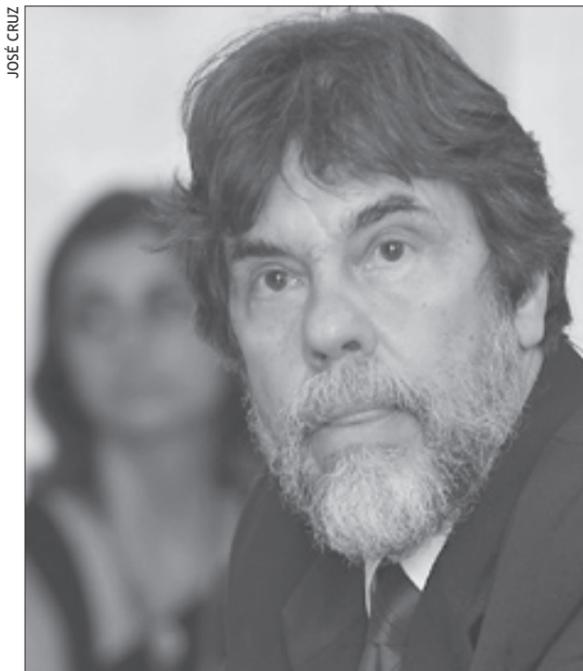
ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome da família adotiva, desde que o padrasto ou a madrasta concordem.

A relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, Serys Shlessarenko (PT-MT), pediu urgência para aprovação do projeto pelo Plenário do Senado para homenagear o autor, deputado Clodovil

Hernandez, que morreu em março. O ex-estilista paulista argumentava que, muitas vezes, a relação entre enteados e família adotiva é tão profunda quanto a que liga pai e filho, o que justificaria esse acréscimo no registro civil. “Esta iniciativa vai beneficiar pessoas que estão no terceiro ou quarto casamento e criam os filhos de seus companheiros como se

fossem seus próprios filhos. Na grande maioria dos casos, o enteado tem mais intimidade com o padrasto do que com o próprio pai, que acabou por acompanhar a vida dos filhos a distância”, dizia o deputado. Clodovil argumentava ainda que o objetivo da proposta não era retirar o nome de família do pai, mas de simples acréscimo de outro nome.

educação



JOSÉ CRUZ



JOSÉ CRUZ



J. FREITAS

Rodrigo Ramalho, do MEC, disse que uma das metas é interiorizar ensino superior. Flávio Arns (C) quer discutir formação profissional. Amaro Lins, da UFP, lembrou desigualdades regionais

Rumos para expandir ensino superior

Em debate no Senado, representante do MEC prevê que Reuni, novo programa federal, deve aumentar em 60% o número de vagas em cursos noturnos em 2009 e reduzir defasagem de acesso à educação superior

Apenas 12% dos estudantes brasileiros têm acesso à universidade pública, informou o representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Rodrigo Ramalho Filho, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Flávio Arns (PT-PR).

Rodrigo Ramalho defendeu a reestruturação da universidade pública, com ampliação de vagas, e disse que a adesão ao programa é uma decisão de cada universidade federal e não uma imposição do MEC. Até 2012, informou, serão aplicados R\$ 8 bilhões no Reuni.

Aos estudantes presentes à audiência, contrários ao Reuni, Ramalho afirmou que o programa visa justamente atender às reivindicações dos alunos. Segundo ele, a interiorização da universidade,

por exemplo, poderá gerar impacto positivo nos setores político, social, econômico e ambiental das cidades médias e pequenas.

O representante do MEC disse ainda que o Reuni deve aumentar em 60% o número de vagas em cursos noturnos em 2009. Para Ramalho, o programa vai diminuir a defasagem de acesso à educação superior entre as regiões do país.

Quem também defendeu o Reuni foi o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Amaro Henrique Pessoa

Representante dos reitores também defendeu o programa

Lins. Ele ressaltou a desigualdade de acesso à educação superior pública, informando que, no Nordeste, apenas 6,5% dos estudantes ingressam na universidade, percentual que chega a 17% nas regiões Sul e Sudeste.

Para corrigir essa distorção, Amaro Lins defendeu a ampliação "urgente" do acesso às universidades federais, com o aumento de vagas proposto pelo Reuni.

Para Arns e Marisa, aplicação de recursos do Reuni precisa de atenção

O presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns, e a senadora Marisa Serrano (PS-DB-MS) querem aprofundar o debate sobre a implantação do Reuni – instituído pelo Decreto 6.096/07.

Marisa Serrano lamentou que o programa não tenha sido submetido à aprovação do Congresso Nacional, mas criado por decreto. O presidente da CE, por sua vez, afirmou ser preciso dis-

cutir a formação profissional nas universidades, além de questões orçamentárias relativas a essas instituições.

Os dois senadores levantaram dúvidas sobre o condicionamento do repasse de recursos orçamentários à adesão da universidade ao Reuni.

– A aplicação desse programa deve ser esmiuçada, detalhada, para que a sociedade seja esclarecida – recomendou Arns.

Ensino público atrás nos números

Universidades públicas são apenas **28%** das instituições de ensino superior

Universidades federais representam somente **5%** das escolas de ensino superior brasileiras, somando universidades, centros universitários, faculdades integradas e isoladas, e centros e faculdades de tecnologia (veja quadro).

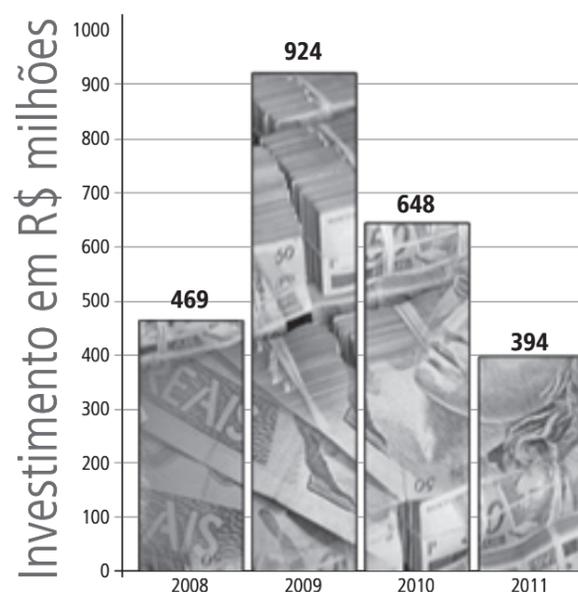
Em **dez anos**, enquanto o ensino superior público cresceu em número de escolas quase **100%**, o número de instituições privadas aumentou quase **300%**.

Com uma média de **11,4 alunos por professor**, contra **17,5** das instituições privadas, as federais são criticadas por subaproveitarem seus recursos, entre eles os **84%** dos seus professores em regime de dedicação integral.

Outra disparidade que impressiona é a proporção de professores com mestrado – **76%** nas universidades federais contra **52%** no ensino superior privado. É quanto à forma de reduzir esse abismo que o MEC e os estudantes divergem.

Recursos atingem quase R\$ 1 bi neste ano

Divulgado como a segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, iniciado em 2003, o Reuni começou em 2008 e prevê investimentos até 2011



Os objetivos principais

- ▶ Ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Segundo o MEC, cerca de 12% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos não têm acesso à universidade
- ▶ Aumentar a articulação entre graduação, pós-graduação e educação básica, profissional e tecnológica
- ▶ Melhorar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das universidades federais
- ▶ Elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e atingir a taxa de 18 alunos para cada professor
- ▶ Aumentar em 20%, pelo menos, as matrículas nos cursos de graduação



JOSÉ CRUZ

Segundo Carolina Pinho, da UNE, criação de cursos com duração de dois ou três anos é criticada

Estudantes acham que decreto deve ser revogado

Os representantes estudantis criticaram o Reuni por entender que o programa faria a expansão de vagas com redução de qualidade. A posição foi manifestada por Maíra Gentil, do Movimento pela Revogação do Reuni, no debate da CE.

Maíra disse que o programa estabelece metas de aumento de matrículas sem o correspondente investimento em infraestrutura e contratações, o que poderá resultar em desqualificação do ensino superior.

A criação de cursos de bacharelados interdisciplinares, feitos em dois ou três anos, também é criticada pelos estudantes, apontou a diretora de Esporte da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carolina Pinho. Ela informou que, das 54 universidades que aderiram ao Reuni, apenas 10 instalaram esses cursos, porque os estudantes se manifestaram contrários à modalidade.

decisões

Terras no Pará pagarão dívida junto ao INSS

Transação, proposta pelo Executivo, já foi aprovada pela Câmara e agora passa na CCJ do Senado. Governo criará floresta nacional no local

Uma área particular de 33.638 hectares, no município de Tailândia, no Pará, será doada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a criação da Floresta Nacional Acará-Mirim. As terras servirão para pagamento de dívidas previdenciárias das empresas Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda, Reunidas S.A. Transportes Coletivos e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.

A transação foi autorizada na quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto do Executivo (PLC 50/06). A proposta segue para votação em Plenário.

A dívida junto ao INSS é de R\$ 21.432.612,53. Já o valor do imóvel, segundo avaliação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais



Para Simon, proposta traz benefícios à União e atende aos interesses do INSS e do Ibama

Renováveis (Ibama), é de R\$ 20.830.336,05.

Segundo as regras em vigor, em caso de a avaliação do imóvel ser inferior ao valor da dívida previdenciária, o crédito a favor do INSS permanecerá. Já no caso de a avaliação do bem exceder o valor do débito, os proprietários deverão renunciar ao excesso

em favor da União, como condição para liquidar seus débitos previdenciários.

Em seu parecer, Simon afirma que a transação atende ao interesse público, pois a floresta é formada por espécies predominantemente nativas e será destinada ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica.

– Ademais, a operação proporcionará benefícios à União, que poderá incorporar área florestal sem contrair dívida ou necessitar de previsão orçamentária; ao Ministério do Meio Ambiente e Ibama, que poderão converter área adequada em floresta nacional, garantindo a preservação do meio ambiente; e ao INSS e Ministério da Previdência Social, que poderão reduzir o passivo com o Tesouro Nacional – justificou Simon.

Comissão define regras para construção de eclusas em rios

Proposta que dispõe sobre as situações nas quais é obrigatória a implantação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias foi aprovada em decisão terminativa, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A eclusa permite que barcos subam e desçam os rios ou mares em locais onde há desníveis (barragem, quedas de água ou corredeiras).

Para chegar a uma versão final, o relator, Delcídio Amaral (PT-MS), discutiu o projeto (PLS 209/07) do senador Eliseu Resende (DEM-MG), com especialistas e autoridades da área de transportes e energia.

Eliseu Resende explicou que o substitutivo, que segue para

análise da Câmara, atende tanto às necessidades e especificidades do setor de energia elétrica quanto do setor de navegação. O senador, que foi ministro de Minas e Energia e dos Transportes, buscou ainda proteger o bolso do consumidor de eventuais custos do sistema.

– Não é possível que as eclusas sejam construídas onerando o consumidor. É impossível que o construtor de usinas hidrelétricas pague os custos da navegação. Quem tem que pagar os custos da navegação são os usuários da navegação e quem tem que pagar os custos da energia elétrica são os usuários da energia elétrica – garantiu Eliseu Resende, durante a discussão da proposta.

Já Delcídio Amaral afirmou



Delcídio Amaral discutiu a proposta com especialistas das áreas de energia e transportes para chegar à versão final

que o projeto é claro e constitui-se “num grande avanço, que poderá ainda sofrer mudanças e aperfeiçoamentos na Câmara dos Deputados”.

No turno suplementar (necessário em caso de votação final na comissão), a relatoria do projeto foi do senador Jayme Campos (DEM-MT).



Arthur Virgílio, ao declarar seu voto favorável ao empréstimo, destacou que os juros cobrados no empréstimo junto ao Banco Mundial são baixos

Aprovados US\$ 83 milhões para o Programa Saúde da Família

O governo federal foi autorizado pelo Senado a tomar empréstimo de US\$ 83,45 milhões junto ao Banco Mundial para financiar o Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf 2). O projeto de resolução (PRS 15/09) que dá o aval ao empréstimo agora vai à promulgação.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse “que não se opõe a acertos ou a medidas que tenham boa possibilidade de acerto” e votaria a favor. O líder chamou a atenção para os juros vantajosos do empréstimo.

O relator, Inácio Arruda

(PCdoB-CE), incorporou ao projeto emenda apresentada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O Plenário aprovou ainda requerimento do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) solicitando que o projeto que determina que médicos e odontólogos explicitem em suas prescrições os princípios farmacologicamente ativos dos medicamentos (PLC 65/05) seja analisado também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Assim, depois de examinada pela CE, a proposta volta ao reexame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Serviço voluntário para quem tem entre 18 e 23 anos

Os maiores de 18 anos e menores de 23 anos, de ambos os sexos, poderão ser admitidos como voluntários à prestação de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares.

De acordo com o projeto (PLS 316/03) de Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), passam a ser admitidos como voluntários menores de 23 anos que tenham prestado serviço militar obrigatório. O trabalho teria remuneração mensal.

Pela Lei 10.029/00, podem prestar esse tipo de serviço

voluntário homens maiores de 18 e menores de 23 anos que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas, e mulheres.

“Contempla-se o efetivo que tenha prestado o serviço militar obrigatório, o qual já recebeu, em grande parte, o treinamento necessário à assunção de serviços de cuja falta se ressentem os estados e o Distrito Federal”, justifica Simon.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora do projeto, lembra que, pela legislação, os voluntários têm direito ao recebimento de auxílio mensal de, no máximo, dois salários mínimos.

ambiente legal

Família desperdiça R\$ 817 mil em comida

Uma família de quatro pessoas joga no lixo, levando-se em conta a vida média de 72 anos, nada menos que R\$ 817 mil em sobras de alimentos. Os cálculos são do Instituto Akatu, que lançou um fórum *on-line* para discutir esse desperdício. A ferramenta permite que os usuários contem suas experiências e proponham soluções para evitar que um terço dos alimentos que são produzidos no Brasil acabe virando lixo.

Instituto ensina a aproveitar alimentos

Para reduzir o desperdício, o Instituto Akatu oferece dicas como aproveitamento de talos, folhas, sementes e cascas de muitos alimentos, que são nutritivos e permitem variar o cardápio. Outras boas iniciativas são planejar as compras, verificando o que se tem em casa, e adquirir verduras, frutas e legumes semanalmente.

Um espaço para o debate

Quem quiser participar do fórum contra o desperdício e buscar outras dicas acesse o endereço www.akatu.org.br. Receitas para aproveitar bem os alimentos estão disponíveis também em www.natureba.com.br.

Obama quer lei para energia limpa

Diante da mudança de rumos da política ambiental pelo governo Barack Obama, o Congresso norte-americano começa a debater um projeto sobre energia limpa, que deverá estar aprovado até o final deste ano. Obama pretende dar uma satisfação ao mundo durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorrerá em Copenhague, de 7 a 18 de dezembro.

Curitiba faz do lixo indústria

A prefeitura de Curitiba informa que 100% do lixo que a cidade e outros 15 municípios produzem vai ser reciclado. Uma nova indústria vai aproveitar e transformar em material energético as 2,4 mil toneladas de resíduos levadas diariamente para o aterro sanitário da Caximba. O lixo deverá ser depositado em local fechado.

lei ambiental

Agronegócio e meio ambiente reúnem 11 comissões na terça

Estudo da Embrapa municia críticos do Código Florestal Brasileiro, que buscam compensação legal para proprietários rurais que mantiverem áreas de preservação ambiental

As 11 comissões permanentes do Senado vão se reunir nesta quarta-feira, às 9h30, para debater, no Plenário, as implicações da legislação ambiental brasileira para o agronegócio. A proposta partiu da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que é também presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Recente estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu que o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista inviabiliza a ampliação das áreas destinadas à produção de alimentos ou geração de energia. Por isso, diz Kátia Abreu, o debate deve priorizar a gestão das áreas de preservação permanente (APPs), previstas em lei.

Com base neste estudo, a senadora afirma que apenas 33% do território estaria disponível para atividades econômicas se a legislação fosse cumprida à risca. Ela também lembra o alto custo para recompor áreas desmatadas, que é de R\$ 8 mil a R\$ 10 mil por hectare.

O assunto é bastante controverso. Para o

ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Brasil precisa proteger mais seus biomas que estão sendo destruídos. Segundo o ministro, nos últimos dez anos, a agricultura cresceu mais pela produtividade do que pela expansão de área, garantindo o aumento da oferta de alimentos.

O Código Florestal Brasileiro representaria, atualmente, a principal preocupação dos pequenos, médios e grandes proprietários, diz Kátia Abreu.

Os produtores rurais, segundo ela, têm dificuldade em lidar com regras legais e a atual legislação, proibindo a produção nos topos de morros com mais de 45° de inclinação, impedirá boa parte das lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste, de café em Minas e Espírito Santo e de arroz do Rio Grande do Sul.

Participam do debate dois dos seis pesquisadores envolvidos na realização do estudo, inclusive seu coordenador, Evaristo Miranda, doutor em Ecologia. A intenção é que a ciência possa "arbitrar e orientar" o setor agropecuário sobre o que precisa ser feito, posiciona a senadora.



As senadoras Marina Silva e Kátia Abreu têm avaliações divergentes sobre a interpretação dos pesquisadores da Embrapa: a ciência pode estar ou não a serviço de interesses econômicos?



Marina: última palavra não pode ser da ciência

Ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC), não acha, como Kátia Abreu, que os cientistas devem nortear as conclusões dos parlamentares sobre as áreas de proteção permanente. Segundo ela, apesar de o campo acadêmico poder oferecer uma importante contribuição, também pode se equivocar. Marina deu como exemplo a verdade científica dos anos de 1930, quando se acreditava que o uso do inseticida diclorodifeniltriclorotano (DDT) não era perigoso. Estudos posteriores constataram os riscos do DDT, que acabou proibido nas lavouras em vários países desde a década de 70.

A senadora criticou também decreto presidencial de dezembro passado que regulamenta a legislação sobre crimes ambientais. Com as modificações, foram suspensas a aplicação de multas por desmatamento e a resolução que proibiu aos desmatadores o acesso aos recursos de bancos públicos e privados.

Pronto para ser votado pelo Plenário, projeto (PLS 34/08) estabelece compensação financeira aos proprietários que mantiverem áreas de preservação ambiental maiores do que as exigidas pelo Código Florestal. O projeto foi uma das oito propostas da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, que funcionou no Congresso até 2008.

A matéria cria a "concessão de subvenção à implantação de servidão florestal, de reserva particular do patrimônio natural e de reserva legal", prevendo duas formas de recebimento de subvenção ou auxílio pecuniário. Uma é o auxílio de R\$ 50 por hectare, pagos aos detentores dos certificados de reserva florestal que não tiverem sido alienados, até o limite de 200 hectares por proprietário rural. Outra permite que a subvenção seja paga na forma de desconto no saldo devedor de dívidas de crédito rural, firmadas junto a bancos oficiais federais e bancos cooperativos.

Embrapa aponta desequilíbrio territorial

Quem olha o mapa do Brasil e observa as imensas áreas ainda desabitadas pode pensar que o país dispõe de uma enorme quantidade de terras para ampliar "a produção de alimentos e energia, realizar a reforma agrária ou mesmo para o crescimento das cidades e a instalação de obras de infraestrutura". Mas, segundo o estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite, de Campinas (SP), menos de 30% do país seria passível de ocupação econômica urbana, industrial e agrícola (veja a tabela).

O número pode ser ainda menor, alerta o trabalho feito pela equipe de seis especialistas coordenada por Evaristo de Miranda, doutor em Ecologia pela Universidade de Montpellier. Os dados desse estudo são contestados por instituições ligadas à questão ambiental, como o Greenpeace e o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), que apontam distorções na pesquisa, em especial na Amazônia.

De acordo com o diretor do Greenpeace, Sérgio Leitão, o trabalho erra quando aponta que a criação de áreas protegidas levou a uma restrição legal de uso de mais de 93% da Amazônia. "O trabalho ignora que os zoneamentos ecológico-econômicos (Zees) feitos no Acre, Rondônia, Pará e Zona 1 de Mato Grosso [este último ainda não aprovado] reduzem drasticamente as áreas de reserva legal na região – de 80% para 50%.

Com isso a área legalizável para a agropecuária praticamente dobra em relação ao número apresentado pelo Evaristo de Miranda", afirma Sérgio Leitão.

Em debate na Câmara dos Deputados, o assessor jurídico do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), André Lima, defendeu que os produtores já estão demonstrando que "é possível aumentar a produtividade sem aumentar na mesma proporção a área devastada".

Já Evaristo de Miranda sustenta que existem novas e enormes demandas territoriais por parte de ambientalistas, indigenistas, comunidades quilombolas, processos de assentamento e reforma agrária, além das necessárias à expansão da área agrícola, urbana e energético-mineradora não apenas na Amazônia, mas nas demais regiões do país.

Tudo aponta para grandes impasses no ordenamento territorial do Brasil e um agravamento ainda maior dos conflitos no futuro – alerta o pesquisador.

Se fosse seguida rigorosamente a legislação ambiental, de acordo com o trabalho, grande parte da produção de arroz de várzea gaúcha, paulista e maranhense estaria fora da lei, inviabilizando avanços na agricultura.

O mesmo vale para as plantações de café em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia, ou mesmo de cana-de-açúcar do Nordeste, para citar apenas os casos mais graves apontados pelo estudo.

O que diz o estudo

Segundo o estudo da Embrapa, na definição do alcance territorial das chamadas reservas legais previstas em lei, o cálculo da disponibilidade de terras foi realizado como se:

- não houvesse água
- não houvesse cidades
- não houvesse infraestrutura
- tudo fosse área rural

Situação territorial

Itens	Km ²	%
UCs + TIs	2.294.343	26,95
Reserva legal	2.685.542	31,54
APPs	1.442.544	16,94
Total	6.059.526	71,16
Disponível (1)	(2.455.350)	(28,84)

- UCs – Unidades de conservação
 - TIs – Terras indígenas
 - APPs – Áreas de preservação permanente
 - Disponibilidade de terras agricultáveis
- (1) No cálculo da área disponível, não foram descontados os valores negativos que ocorrem nos biomas Amazônia e Pantanal. Por isso, as contas não batem.



Produção X conservação

No estudo da Embrapa, foram analisadas as atuais demandas por novas áreas dos vários setores envolvidos na polêmica. O que fica evidente é um grande desequilíbrio entre as demandas por novas áreas para produção e mais espaços para conservação e (ou) ocupação por grupos específicos.



Novas unidades de conservação, corredores ecológicos, áreas de restauração ecológica e conservação prioritária da biodiversidade - **3 milhões km²**



Terras para colonização, assentamento e reforma agrária
1,6 milhão km²



Criação e ampliação de terras indígenas
50 e 100 mil km²



Novas áreas para quilombolas
250 mil km²



Expansão para produção de alimentos e de energia até 2018 (*) – entre **100 mil e 150 mil km²**

(*) mesmo com a conversão de pastagens em áreas agrícolas e ganhos de produtividade

Fonte: Estudo da Embrapa "Alcance territorial da legislação ambiental e indigenista".

investigações

Depoente nega uso de ONG para pagar propina

Na CPI das ONGs, Fábio Rolim, do Instituto de Desenvolvimento Social, protegido por *habeas corpus*, calou-se sobre contrato entre GTech e Caixa

Em audiência pública na quarta-feira na Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais (CPI das ONGs), o representante do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS), Fábio Rodrigues Rolim, negou que a entidade seria usada para o pagamento de propinas e sonegação de impostos.

O relatório final da CPI dos Bingos, encerrada em 2006, acusa Rolim de lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária, enquanto o IBDS foi apontado como instrumento de pagamento de propinas e de sonegação de impostos, sendo ligado a órgãos públicos e pessoas envolvidos na renovação do contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal.

Protegido por um *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que lhe assegurou o direito de permane-

cer em silêncio em várias partes do depoimento, Rolim disse que o IBDS estava regularmente registrado e funcionava em Brasília, onde desenvolveu projetos de "extrema importância" para órgãos públicos, entre eles a Fundação Palmares, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), o Banco do Brasil e a Caixa, em sua maioria iniciativas culturais e prestação de cursos a distância.

Rolim garantiu ainda que todos esses convênios tiveram suas prestações de contas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, mas permaneceu calado todas as vezes em que os senadores o questionaram sobre o papel específico do IBDS na renovação do contrato entre a Gtech e a Caixa.

Em resposta ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento para a sua convocação, Fábio Rolim explicou que o IBDS foi criado no final de 2001 e operava basicamente por meio de computadores, sem contar com sala ou funcionários fixos.

– Fica complicado investigar uma organização dessa natureza, com uma estrutura ambulante, fantasma e difícil de ser descoberta. Como vimos, não há recursos humanos nessa instituição, a não ser o próprio responsável por ela, e mais dez *laptops* por aí – afirmou Alvaro Dias.

O presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes (DEM-PI), adiantou que pretende pedir a quebra do sigilo de Rolim e do próprio IBDS.

Instituto não tinha sala ou funcionários fixos, só laptops



Heráclito Fortes (C), presidente da CPI das ONGs, afirmou que pedirá mais informações sobre o caso ao Coaf

Heráclito quer ajuda do Coaf para esclarecer repasse

O presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes (DEM-PI), vai solicitar informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda sobre repasses de recursos públicos para a Agência Nacional de Gestão de Recursos para a Hiléia Amazônica.

Embora criada para atuar na área ambiental, a entidade teria recebido dos ministérios da Cultura e do Turismo R\$ 2,5 milhões para organizar apresentação dos bois Garantido e Caprichoso, atrações típicas do carnaval do município amazonense de Parintins, no *réveillon* de 2007, em Brasília. No mesmo dia, o governo do Distrito Federal gastou R\$ 1,8 milhão para organizar um

espetáculo, conforme o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento de convocação da representante da ONG, Nair Queiroz Blair.

Ela disse, na quarta-feira, que foi uma das fundadoras da entidade, mas que nunca a dirigiu, eximindo-se de qualquer responsabilidade. Esclareceu ainda que o estatuto da agência foi modificado para incluir atuação ligada à preservação da cultura regional e garantiu que as associações responsáveis pelos bois Garantido e Caprichoso ofereceram contrapartida de cerca de R\$ 600 mil, recebendo R\$ 2,187 milhões do Ministério da Cultura, e não do Ministério do Turismo. A apresentação também seria

realizada no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e, por último, em Nova York.

O senador João Pedro (PT-AM) enfatizou que o episódio deve ser esclarecido.

– Precisamos criar um padrão de funcionamento das ONGs e esclarecer a participação de Nair. O problema é da entidade, e não das associações dos bois Garantido e Caprichoso. Vamos solicitar os comprovantes junto ao Ministério da Cultura – observou.

Os senadores Inácio Arruda (PCdoB) e Alvaro Dias disseram que vão pedir ao governo do Distrito Federal e aos ministérios do Turismo e da Cultura para apurar se houve duplo pagamento à agência.



Magno Malta e Papaléo Paes: comissão vai propor que condenado por pedofilia cumpra a pena em regime fechado, sem direito a progressão

CPI quer pena de 30 anos e monitoramento para pedófilos

A CPI da Pedofilia deve apresentar, em sua próxima reunião, projeto de lei que impede o condenado por pedofilia de obter a progressão do regime penal, além de prever uso de rastreador eletrônico e pena de 30 anos de prisão para o abusador.

O conteúdo da proposta foi antecipado pelo presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), em reunião administrativa ocorrida na quinta-feira. Ele também anunciou que, a partir da aprovação da lei que criminaliza a posse de material pedófilo (Lei 11.829/08), a Polícia Federal vai realizar operações com base nas informações obtidas dos mais de 3 mil álbuns do Orkut, *site* de relacionamentos da empresa Google, cujos sigilos

telemáticos foram transferidos à CPI. Também deve ser iniciada a análise de 18 mil álbuns cujos dados foram obtidos no final do ano passado.

– Agora não é mais busca e apreensão, é mandado de prisão. O pedófilo agora também será preso nas operações – esclareceu.

Foi aprovado ainda requerimento que pede a transferência dos registros telefônicos do ex-deputado estadual do Pará Luiz Sefer, acusado de abusar de uma criança. Ele renunciou ao mandato para evitar a abertura de um processo de cassação, além de outros cujo conteúdo Magno Malta não quis revelar, que deverão dar suporte a operações a serem realizadas em Manaus.

violência

Flexa Ribeiro: sem-terras fazem ameaças de morte

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informou ao Plenário que os sem-terra do Pará estão fazendo ameaças de morte a dois proprietários rurais e a uma advogada dos municípios de São Francisco do Pará e de Curuçá. Flexa Ribeiro pediu que o governo do estado garanta a vida dessas pessoas.

Para ele, a situação "é muito crítica" nas várias regiões que têm registrado ocupação de terras no Pará. Disse ainda que o envio de "20 ou 30" homens da Força Nacional não será suficiente para acalmar os ânimos entre fazendeiros e os sem-terra. O senador vê "convivência" entre o Executivo e os movimentos sociais, o que só leva "a mais abusos, atropelamentos da lei, desprezo pela autoridade e deboche com o Estado democrático de direito".

Flexa Ribeiro lamentou o tiroteio entre os sem-terra e seguranças da Fazenda Espírito Santo, em Xinguaçu (PA), no último dia 18, apresentado no *Jornal Nacional*, da TV Globo.

Já o senador José Nery (PSOL-PA) afirmou que a ocupação de fazendas, estradas e prédios públicos é a única forma de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ter suas reivindicações ouvidas pelo Congresso, pelo Executivo e pelo Judiciário. O senador lembrou que o MST realiza neste mês

Para José Nery, invasões são única maneira de o MST ser ouvido

mais uma jornada de luta em defesa de sua proposta de reforma agrária e ressaltou que a crise econômica chegou ao campo brasileiro, atingindo duramente o setor.

– Os latifúndios do agronegócio, tão bem defendidos hoje aqui pela nossa colega senadora Kátia Abreu [DEM-TO], já desempregaram 270 mil assalariados desde novembro de 2008. As 20 maiores agroindústrias desempregaram quase 100 mil operários de suas fábricas. O MST denuncia que essas empresas continuam recebendo apoio governamental, enquanto os trabalhadores rurais pobres do campo ficam em segundo plano.

comissões



Reunião da Comissão de Infraestrutura, presidida por Collor (E), em que foi aprovado debate com a presidente da Anac

CI debaterá liberação de preços de passagens internacionais

A presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, deverá comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para explicar medida anunciada na última quarta-feira para liberar preços de passagens do Brasil para o exterior. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que propôs o debate, disse que há risco de venda de bilhetes,

por empresas aéreas internacionais, abaixo do preço praticado por essas companhias em seus países de origem, configurando *dumping*. A prática visa prejudicar ou mesmo eliminar concorrentes locais, chegando ao domínio de mercado e ao risco de imposição de preços altos no futuro, pela falta de concorrência.

– O consumidor ficaria safis-

feito com essa redução, mas a empresa brasileira viraria pó. A Anac tem que encontrar um caminho para evitar medidas de *dumping* – explicou Dornelles.

O presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), afirmou que é preciso haver algum tipo de regulação no setor de aviação para evitar concorrência desleal no mercado de passagens aéreas.



Manuel Innocencio (E), aprovado pela CRE como embaixador na Indonésia, ao lado de Pedro Simon e Flexa Ribeiro

Impasse cerca caso de brasileiros condenados à morte

A situação dos dois brasileiros – Marco Archer e Rodrigo Gularte – condenados à morte na Indonésia por tráfico de drogas dificilmente será resolvida antes das eleições gerais que ocorrerão até o final do ano naquele país. A previsão foi feita pelo embaixador designado para a Indonésia, Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, cuja indicação foi aprovada, na última quinta-feira, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O governo brasileiro tem procurado evitar, segundo o embaixador, que o episódio prejudique as boas relações entre os dois países.

O presidente Lula visitou a Indonésia em julho de 2008, quando assinou, entre outros acordos, um referente à cooperação na produção de etanol. Em novembro, foi a vez de o presidente indonésio, Susilo Yudhoyono, visitar o Brasil, onde assinou uma declaração

de parceria estratégica.

Entretanto, Innocencio reconheceu que a condenação dos dois brasileiros tem provocado impacto junto à opinião pública nos dois países. Na Indonésia, como informou, existe um “clamor popular” a favor da pena máxima para tráfico de drogas. E a repercussão do episódio no Brasil já levou Lula a apresentar um pedido de clemência em favor de um dos brasileiros envolvidos.

Mercosul e Comunidade Andina sem controvérsias

CRE aprova protocolo adicional que prevê regime de solução de controvérsias entre os dois blocos no atual acordo de complementação econômica

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Comunidade Andina. O protocolo, que ainda será votado pelo Plenário, estabelece um regime de solução de controvérsias que venham a ocorrer na implementação do acordo firmado entre os dois blocos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi o relator do Projeto de Decreto Legislativo 272/08, que aprova o texto do protocolo. Em seu voto favorável, o senador lembrou que o Mercosul e a Co-

munidade Andina possuem, em conjunto, uma população superior a 350 milhões de pessoas e um produto interno bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão. O acordo de complementação econômica entre os dois blocos foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 31 de janeiro de 2005.

A comissão aprovou ainda seis outros projetos que aprovam acordos internacionais, entre eles o referente a entendimento entre Brasil e Moçambique na área de biocombustíveis e o que prevê cooperação entre Brasil e Israel nos campos da saúde e de medicamentos.

Comissão examina currículos de indicados a agências

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) concluiu, em sessão secreta, na última quinta-feira, o exame dos currículos de Ivo Borges de Lima, indicado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e de João Batista de Rezende, para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Após essa primeira fase, os dois indicados serão sabatinados pelos senadores da comissão, no dia 7 de maio, quando então haverá a votação das indicações.

Os senadores da comissão ressaltaram que, algumas vezes, os cargos de direção nas agências reguladoras ficam vagos por conta da demora na indicação de nomes pela Presidência da República.

Congresso discutirá reações do turismo à crise internacional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá participar do XI Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cebratur), nos dias 17 e 18 de novembro. O tema do encontro será “O turismo brasileiro respondendo aos desafios e às oportunidades da crise internacional”.

A CDR também aceitou convite feito pela Instância Ecológica Sesc Pantanal para uma visita técnica à região entre os dias 21 e 25 de maio.

O presidente da comissão, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ressaltou a importância de a comissão tratar de temas vinculados ao desenvolvimento regional e não somente à legislação sobre turismo e pediu aos parlamentares empenho na realização da visita.

projetos aprovados

De 20 a 24 de abril

- ➔ **PRS 15/09** – Autoriza a União a realizar empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de R\$ 83,450 milhões para financiamento parcial da expansão do programa Saúde da Família. Vai à promulgação.
- ➔ **PRS 18/09** – Altera a disciplina da concessão de passagens aéreas aos senadores. Vai à promulgação.
- ➔ **PLS 173/01** – Do senador

Alvaro Dias (PSDB-PR), garante à vítima e à testemunha de delito novas formas de proteção. Aprovado na CCJ, vai à Câmara.

➔ **PLS 671/07** – Do senador Expedito Júnior (PR-RO), estabelece que as Mesas da Câmara e do Senado, o presidente da República e os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público ficam autorizados a divulgar, pela internet, os gastos destinados ao

reembolso no exercício de suas funções – as chamadas verbas indenizatórias. Aprovado na CCJ, vai à Câmara.

➔ **PLS 184/03** – Do senador Aloizio Mercadante (PT-RS), estabelece que o hasteamento da Bandeira Nacional pode ser obrigatório durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana, para os alunos de escolas do ensino fundamental e médio. Aprovada na CCJ, vai à Câmara.

➔ **PLS 120/03** – Do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), determina o fim da cobrança de taxas de inscrição em vestibulares das instituições federais de ensino superior, no caso de estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola pública ou com renda familiar inferior a dois salários mínimos. Aprovado na CCJ, vai à Câmara.

➔ **PLS 209/07** – Do senador Eliseu Resende (DEM-MG), trata

das situações em que é obrigatória a implantação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias. Vai à Câmara.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), foram aprovados, em decisão terminativa, 47 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

debates

Para Marisa Serrano, falta estímulo à leitura no Brasil

Senadora afirma que 90% dos municípios do país não têm sequer uma livraria, e ressalta proposta de sua autoria para o Senado premiar, anualmente, pessoas que incentivem a leitura

O desinteresse pelos livros no Brasil deve-se à falta de estímulo, afirmou Marisa Serrano (PSDB-MS), em pronunciamento por ocasião do Dia Mundial do Livro, ocorrido na última quinta-feira.

A senadora ressaltou que 90% dos municípios do país, incluindo cidades de médio porte, não possuem livrarias. Das cerca de 1.500 lojas existentes no Brasil, frisou, dois terços se localizam na região Sudeste. Marisa observou ainda que as bibliotecas públicas, muitas vezes, possuem acervo reduzido, estão mal localizadas e não contam com pessoal habilitado ao atendimento.

Também destacou que, no exterior, livros que se tornaram grandes sucessos no cinema – como *Harry Potter*, escrito pela inglesa J. K. Rowling – levaram muitos adolescentes a ler as obras que originaram a trama. "Já os brasileiros, aficionados por telenovelas e minisséries, desconhecem o fato de que, muitas delas, são baseadas em clássicos da literatura", salientou. Ela citou os exemplos da novela *Escrava Isaura*, baseada em romance de Bernardo Guimaraes, e das minisséries *Grande sertão: veredas* e *A muralha*, inspiradas em obras de Guimarães Rosa e Dinah Silveira de Queiroz, respectivamente.



Em Brasília, passageiros de ônibus podem fazer empréstimo de livros através do projeto Parada Cultural, iniciativa de um empresário, dono de um açougue da cidade, destaca Marisa Serrano (E)



Marisa saudou iniciativas de incentivo à leitura, como a de Luiz Amorim, que teve a ideia de colocar livros em paradas de

ônibus em Brasília para que as pessoas os tomem emprestados. A população aderiu e, além de retirar os livros e devolvê-los, ainda começou a doar exemplares a essas bibliotecas populares. A Secretaria Municipal de Cultura de Campo Grande (MS) adotou o projeto, informou Marisa.

A senadora apresentou projeto de resolução instituindo o "Diplo-

ma Monteiro Lobato". O objetivo é o Senado homenagear anualmente cinco personalidades que tenham prestado contribuição relevante à edição, publicação, divulgação e promoção do acesso ao livro. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que está na Câmara projeto seu que autoriza a criação do programa Cesta Básica do Livro (PLS 278/08).

Efraim Moraes pede ajuda para vítimas de enchentes na Paraíba

Efraim Moraes (DEM-PB) pediu ao governo federal que socorra, com urgência, as vítimas das enchentes que atingem várias cidades do estado da Paraíba, entre elas, Patos, Souza, Triunfo e Santa Helena. O senador chegou a propor que o programa Minha Casa, Minha Vida – que prevê a construção de 1 milhão de moradias – comece, na Paraíba, pelas cidades atingidas pelas enchentes.

– A situação é de calamidade pública e exige uma pronta ação, tanto do governo federal quanto do governo local. Os desabrigados crescem a cada dia e famílias inteiras chegam a não ter o que comer.

Efraim Moraes também pediu aos membros da Co-



Efraim sugere que programa do governo comece construção de casas, no estado, por cidades atingidas

missão de Assuntos Econômicos (CAE) que aprovem, na reunião desta terça-feira, projeto de lei de sua autoria que concede ao aposentado e pensionista maior de 66 anos de idade o direito a abatimento progressivo no Imposto de Renda. De acordo com o projeto (PLS 421/07), já aprovado por unanimidade pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quando o aposentado ou pensionista completar 70 anos, estaria isento do pagamento do Imposto de Renda.

Paim: ensino técnico pode afastar jovem de drogas e violência

A aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep) foi defendida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) como caminho para manter a juventude longe das drogas e da violência, além de prepará-la para ingressar no mercado de trabalho. Segundo assinalou, a iniciativa deve injetar R\$ 9 bilhões na formação técnica profissional dos jovens brasileiros e é objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05) de sua autoria, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que aguarda votação no Plenário do Senado.

– No Brasil, há 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, dos quais 4,5 milhões estão em estado de risco. A razão é o fato de não terem concluído o ensino fundamental, estarem fora da escola e desempregados. Eles são vítimas de um processo de exclusão social, que não gera cidadania. O ensino técnico é uma saída para o combate ao preconceito e para a redução da violência – avaliou Paim, ao dizer que o projeto que cria o Fundep

conta com a simpatia do governo federal.

O senador lamenta a precária oferta de cursos profissionalizantes de nível médio no ano em que o ensino técnico completa cem anos. Ele observa que o mercado de trabalho já começa a reclamar a ausência de profissionais com essa formação. Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a necessidade de melhorar o ensino fundamental e, assim, dar ao jovem o suporte exigido para o ingresso no ensino técnico.

Paim também sugeriu que o Congresso insira um dispositivo na Lei de Falências que possa ser utilizado por instituições filantrópicas quando estas estiverem em dificuldades financeiras. Ele citou a situação da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e disse acreditar que o novo reitor, Marcos Ziemer, vai resolver a crise que afeta a instituição.

O senador ainda homenageou os 50 anos de criação da empresa Forjasul, onde iniciou sua atuação como metalúrgico e sindicalista.



Três Poderes e mídia funcionam como quem quer evitar final ruim, mas atuam para consumir a tragédia, diz Cristovam

Cristovam compara país a tragédia grega

O momento político atual do país foi comparado por Cristovam Buarque (PDT-DF) ao de uma "tragédia grega", em que os personagens "passam a ideia de que querem evitar os eventos dramáticos, mas cumprem cada passo definido para que o final seja trágico".

Começando pelo Legislativo, o senador lamentou a "pouca oportunidade de votar e debater" e as constantes ausências de parlamentares nos trabalhos legislativos. Já o Executivo, disse, comporta-se com indiferença e contribui para piorar o cenário no Congresso com o envio excessivo de medidas provisórias. Quanto à Justiça, Cristovam citou o recente confronto verbal entre dois integrantes do Supremo Tribunal Federal, com foco mais na existência ou não de quebra de decoro do que na busca da verdade.

Com relação à mídia, o senador ponderou que ela "não tem mentido [ao divulgar escândalos envolvendo parlamentares], mas tem esquecido o resto da verdade que acontece nesta Casa".

Mão Santa lembra os 79 anos de Sarney

Os 79 anos do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), completados na última sexta-feira, foram comemorados pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que lembrou as principais passagens da vida do aniversariante.

– A biografia do presidente Sarney tem que ser reconhecida. Durante o seu governo [como presidente da República], permitiu uma transição política pacífica. Enfrentou, com tolerância e paciência, 12.600 greves para que este país tivesse uma transição em paz – afirmou Mão Santa.

Durante o pronunciamento, lembrou ainda que, em seu governo, Sarney só não conseguiu dominar "o monstro da inflação", mas explicou:

– Ele teve que optar por combater a inflação ou plantar e preservar a democracia.

institucional



José Sarney, entre Serys e Perillo, na sessão que definiu as novas regras: segundo Heráclito Fortes, normas já estão valendo

Senado aprova limite a concessão de passagens

Decisão tomada em Plenário restringe a cinco trechos de ida e volta para cada senador por mês e condiciona viagem de assessor a decisão da Mesa

A partir de agora, apenas senadores e seus assessores poderão usar passagens aéreas pagas pelo Senado. É o que determina projeto de resolução aprovado na quarta-feira pelo Plenário. No caso dos assessores, o uso das passagens terá que ser autorizado pela Comissão Diretora.

Cada parlamentar terá direito a cinco trechos de ida e volta ao estado de origem por mês, e as cotas não usadas não poderão ser acumuladas. Todos os gastos com passagens aéreas serão tornados públicos na internet em um prazo de 90 dias.

A nova norma ainda determina que os senadores pelo Distrito

Federal receberão o mesmo valor dos senadores por Goiás; extingue as cotas suplementares dos membros da Mesa Diretora e líderes partidários; e atribui a aplicação das novas medidas à diretoria-geral do Senado. A resolução também extingue a cota de custeio de locomoção, que era usada a critério discricionário de qualquer senador.

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que as novas regras para concessão de passagens aéreas aos senadores resultaram de consenso, desde a reunião da Comissão Diretora com os líderes partidários, em que a proposta foi definida, até a aprovação por unanimidade no Plenário.

– Acredito que vamos cumprir fielmente o que foi traçado aqui, e que pouco a pouco vamos corrigir as distorções, como é do meu temperamento: com prudência, paciência, mas com grande firmeza e determinação – afirmou o senador, na presidência da sessão.

José Sarney considerou a aprovação das novas regras uma medida “muito importante”, sobretudo porque extinguiu o antigo sistema de cotas de custeio de locomoção, criado em 1988.

Conforme explicou o senador, as verbas destinadas à compra de passagens aéreas serão controladas pelos sistemas de administração da Casa.

Jornalistas se esquecem do Executivo, diz Heráclito

Questionado por jornalistas sobre as providências que o Senado vem tomando para aumentar a transparência da instituição, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que a Casa tem sido usada como “boi de piranha” junto à opinião pública. Para ele, os jornalistas se concentram em apontar erros na Casa, esquecendo-se de irregularidades praticadas pelo Poder Executivo.

O 1º secretário comentou ma-

téria do jornal *Correio Braziliense* segundo a qual o senador Magno Malta (PR-ES) e dois assessores consumiram, em um ano, R\$ 200 mil em diárias e passagens aéreas por conta da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. Heráclito respondeu que está esperando Magno Malta, presidente da CPI, dar explicações.

Sobre as denúncias de que pessoas da família do ex-diretor de Recursos Humanos da Casa José

Carlos Zoghbi teriam usado em proveito próprio 42 passagens aéreas de deputados, Heráclito afirmou que a questão tem de ser examinada pela Câmara.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), poderá ouvir quinta-feira o ex-assessor parlamentar Marcos Vinícius Andrade, que acusou de mau uso de verbas públicas o senador Gerson Camata (PMDB-ES), a quem assessorou por 19 anos.

presidência

Sarney acredita que Obama irá aproximar os EUA de Cuba

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou na segunda-feira que a atuação do presidente Barack Obama poderá contribuir para uma aproximação entre os Estados Unidos e Cuba.

Durante a 5ª Cúpula das Américas, encerrada no dia 19, Obama anunciou uma aproximação com Cuba, com medidas que preveem o fim das restrições de viagens e de remessa de dinheiro àquele país por cidadãos cubano-americanos.

– Com o presidente Obama, as coisas estão avançando para normalizarmos essa situação. Desejamos que Cuba se torne uma democracia plena – disse Sarney.

O fim do embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba e a reintegração do

país à Organização dos Estados Americanos (OEA) também foram defendidos pelos participantes da cúpula, que reuniu lideranças de 30 países da região e foi realizada em Port of Spain, capital de Trinidad e Tobago.

Sarney lembrou que o Brasil iniciou reaproximação com Cuba durante o período em que ocupou a Presidência da República (1985-1990).

Em janeiro de 1962, Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA, sendo que esta última decisão não contou com votos favoráveis dos maiores países latino-americanos, incluindo o Brasil.

Ainda em 1962, os EUA decretaram o embargo econômico a Cuba.

Senado pode fazer sessão em homenagem a Barack Obama

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou dois votos de congratulações ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e deve sugerir ao presidente do Senado, José Sarney, uma sessão em homenagem a ele.

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que a CRE sugerisse a Sarney entrar em contato com o cerimonial do presidente Barack Obama para propor a realização da sessão especial.

O senador elogiou a forma com que Obama vem conduzindo seu governo, em especial sua busca de bom relacionamento com todos os presidentes da América Latina e a maneira com que se dirigiu ao Irã para enfrentar a crise relacionada ao programa nuclear deste país.

Na presidência da sessão, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que havia, no mundo inteiro, uma expectativa de que Obama seria inovador.

– Ele é um presidente que assumiu em circunstâncias difíceis e está se saindo na função com grande competência – afirmou.



Eduardo Suplicy sugeriu a realização de sessão especial

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4ª Secretária: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado:

José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira

Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich

Editor-chefe: Flávio Faria

Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

resenha

Há 109 anos, o país chegava ao Oiapoque

Com base em pesquisa histórica, o Barão do Rio Branco obteve vitória em arbitragem que fixou limites entre Brasil e Guiana Francesa

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

O navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón foi o comandante da caravela *Niña* na expedição em que Colombo encontrou a América em 1492. Sua importância não termina aí, apesar de os livros de história omiti-la. Em 26 de janeiro de 1500, três meses antes de Cabral, Pinzón foi o primeiro a aportar na costa brasileira, no que chamou cabo de Santa María de la Consolación, atual cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco (hoje, questiona-se, na realidade, se chegara apenas ao Mucuripe, no Ceará).

Na expedição, explorou o mar Dulce, a foz do rio Amazonas, e deu seu nome a um rio, criando, sem saber, uma dúvida que duraria quase dois séculos: seria esse o rio Oiapoque ou o Araguari? Esta foi a origem da questão franco-brasileira que se iniciara com a assinatura do Tratado de Utrecht, de 1713, que definiu as fronteiras da Guiana Francesa e do Brasil no rio de Vicente Pinzón.

No fim do século 19, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, viu a necessidade de consolidar as fronteiras, para pôr fim aos conflitos, em especial na região Norte. O livro *Questão de limites: Guiana Francesa*, volume 97 das Edições do Senado

Federal, reúne partes das duas *Memórias do Brasil*, apresentadas à comissão de arbitragem da Questão do Contestado Franco-Brasileiro, conhecida como Questão do Amapá.

Fundamentando-se na história da região, desde a descoberta por Pinzón, Rio Branco apresenta uma das melhores obras sócio-históricas do país.

Nesta semana, no Dia do Trabalho, 1º de maio, são comemorados também os 109 anos da incorporação definitiva da região noroeste do Amapá, definida pelo Conselho Federal Suíço, árbitro da questão. Vitória resultante da capacidade de Rio Branco em defender os interesses nacionais que

pacificou os conflitos na região.

Declaradamente monarquista, o Barão do Rio Branco foi reconhecido em vida como herói nacional pelo governo republicano. Foi ministro das Relações Exteriores durante os governos Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, morrendo na função, no sábado do carnaval de 1912, que teve sua comemoração adiada por conta do luto oficial e das homenagens que lhe renderam no Rio de Janeiro.



A Questão do Amapá, entre Brasil e França, é narrada no livro publicado pelas Edições do Senado Federal

Este e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual no endereço www.senado.gov.br/livraria ou pelo e-mail livros@senado.gov.br

programação

O cidadão e o novo Código de Processo Penal

Justiça e lentidão têm sido sinônimos na história do Brasil. Há processos que se arrastam durante décadas, mantendo criminosos impunes. O Judiciário quer mudar essa situação e deve receber agora um apoio em seu processo de modernização: a proposta de reformulação do Código de Processo Penal.

O anteprojeto de um novo código foi preparado por uma comissão de nove juristas, criada por iniciativa do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O documento, entregue ao presi-

dente do Senado, José Sarney, na semana passada, conta com a simpatia da maioria dos parlamentares para ser convertido em lei.

A legislação processual penal em vigor foi criada em 1941, durante a ditadura do Estado Novo. Apesar de ter sofrido modificações, somente agora será objeto de uma reforma abrangente. A expectativa é tornar bem mais ágil a administração da Justiça, limitando, por exemplo, o número de recursos.

Quais serão as principais mu-

danças no Código de Processo Penal? Como isso vai repercutir na vida do cidadão que apela à Justiça? Qual o processo de análise dessa matéria no Congresso?

Esse é o assunto em debate na Rádio Senado, que conversa com juristas e com o senador Renato Casagrande.

Conexão Senado

Senado FM e OC
27/4, segunda-feira, às 8h
Internet: 27/4, segunda-feira

LIMITES DA POLÍCIA

Este ano, o Ministério Público do Distrito Federal lançou cartilha para orientar a população no contato com as forças policiais. O objetivo é ajudar a compreender os limites da polícia e a reconhecer abusos. O promotor Thiago Pierobom conversou com o repórter Marco Antonio Reis sobre a cartilha *Polícia Cidadã – conheça seus direitos e deveres no relacionamento com a polícia*.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
27/4, segunda-feira, às 10h
Internet: 27/4, segunda-feira

DOR NO TESTÍCULO

Em carta à Rádio Senado, ouvinte de 45 anos, de Ourilândia (PA), conta que começou a sentir dor no testículo direito, que inchava. Quando pegava peso, a situação se agravava e foi piorando a ponto de não ter mais ereção. Medicado, ele não melhorou. E pergunta: como resolver o problema? Para atendê-lo, a Rádio Senado conversa com o urologista Fernando Dias.

Pergunte ao Doutor

Senado FM
29/4, quarta-feira, às 7h30
Internet: 29/4, quarta-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Meia-entrada

"Que é preciso regularizar a meia-entrada, todos nós sabemos. No entanto, o que precisamos saber é a quem iremos beneficiar: se são artistas, produtores, estudantes ou empresários. O debate tem sido oportuno no sentido de nos levar à busca de soluções que atendam a todos, principalmente estudantes como eu, que estão vendo ser reduzido seu direito duramente conquistado. Primeiro, porque a meia-entrada vai se restringir a 40% dos lugares disponíveis, o que é preocupante. É notório que a motivação dos empresários nada mais é do que a busca constante pelo lucro. Eles ficam choramingando quando a margem se reduz. Mas sabemos que um negócio que não dá lucro fecha e eles já teriam fechado caso não estivessem lucrando. E nós, estudantes, como ficamos? E o nosso direito? E o país enxerga isso apenas como mais um negócio que busca o lucro, ou pensa em formação cultural?"

Rafael Dantas, de Ourinhos (SP)

Peculato

"Parabenizo o senador Demostenes Torres pelo seu projeto contra o crime de peculato – que não permite que o agente público use o que não é propriedade nem patrimônio seu. É responsabilidade dos prefeitos e vereadores atuarem com ação penal contra esse tipo de crime. Ocorre que muitas prefeituras do interior aproveitam da cegueira popular para agrandar usuários aproveitadores que se utilizam de patrimônio público burlando a legislação da qual são grandes conhecedores."

Gentil Marcelino de Almeida, de Tracunhaém (PE)

Aposentados

"Gostaria de pedir o apoio dos senadores às reivindicações dos aposentados. Acho que, se for proposta ao presidente e ao Congresso a criação de várias fontes de recursos que garantam reajustes iguais para todas as aposentadorias e o teto máximo do INSS, a negociação

poderá ficar mais fácil. Como receitas adicionais, sugiro a destinação de 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de tudo o que o país produz e importa, além de uma loteria dos aposentados mais CPMF."

Odilon Eduardo, de Poços de Caldas (MG)

Aumento digno

"Expresso minha indignação com alguns congressistas que acham que aposentado não merece um aumento digno. Nós trabalhamos para ter uma aposentadoria justa, só que durante muitos anos garfaram nosso salário. Já é hora de essa injustiça ser reparada."

Carlos Pereira Silva, de Salvador (BA)

Concursos públicos

"Sugiro a apresentação de um projeto de lei determinando que as instituições prestadoras de concursos públicos realizem os exames em locais mais próximos de onde moram os candidatos, para diminuir gastos com transporte e alimentação. Muitas pessoas desistem de prestar o concurso por falta de recursos".

Anderson Silva, de Salvador (BA)

Crise financeira

"A crise financeira mundial vem mostrar que o capitalismo que comanda cruelmente os humanos não é o melhor regime social para a Humanidade. Após duas crises agudas, mostrou-se frágil e ineficiente. Acho injusto que o dinheiro do povo sirva para o governo salvar instituições financeiras privadas, sem que o Estado tenha participação no seu capital, ainda que saibamos que o Estado não pode ficar de braços cruzados enquanto muitos empresários desempregam milhares de trabalhadores. Acredito que o governo tem que ter cautela, pois o dinheiro que está sendo injetado na economia é do povo. Definitivamente, a saída é o socialismo."

Juber Marques Pacífico, de Cataguases (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Joaquim Barbosa teve a felicidade de dizer o que muitos brasileiros gostariam de ter dito

José Nery, em apoio a declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal contra Gilmar Mendes, presidente daquela corte.

Na medida em que nós estivermos justificando nossas ações e o nosso objetivo maior de bem legislar [...], estaremos justificando a existência do Senado

Eduardo Suplicy, ao contestar artigo em que o jurista Dalmo Dallari defende o unicameralismo.

Examinaremos e respeitamos as críticas, mas mesmo assim as medidas já estão valendo

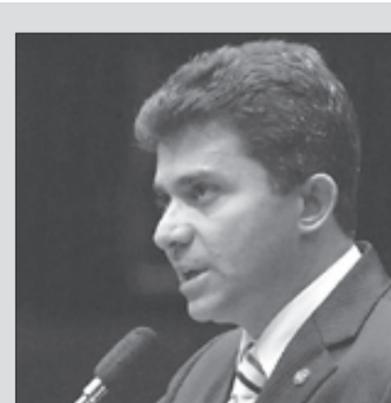
Heráclito Fortes, sobre as novas regras de uso de passagens aéreas pelos senadores.

Precisamos revisar não apenas a conduta em relação a passagens, mas a política do nosso país. O Brasil não pode ser o país da impunidade. No Brasil, só ladrão de galinha vai para a cadeia

Pedro Simon, ao pedir ampla reforma política e administrativa.

Quase tudo o que tem aí foi feito por Getúlio Vargas: a Petrobras, a Eletrobrás, o voto secreto, o voto das mulheres, tudo, tudo, tudo

Mão Santa, que aconselhou o presidente Lula a não mais repetir o bordão: "Nunca antes neste país".



FOTOS: GERALDO MAGELA

Nós não estamos inventando nada. Essa profissão já existe e nós estamos apenas regulamentando a realidade atual

Expedito Júnior, em defesa da regulamentação da atividade de mototaxistas e motoboys.

Não quero fazer parte desse jogo que está acontecendo aqui. Não vou agora pagar por algum negociante que procede errado

Arthur Virgílio, para quem há exagero nas denúncias sobre uso de passagens pelos congressistas.



pergunte ao senador

Quais são as regras para o comércio virtual?

"Existe alguma lei que regule a compra de produtos pela internet? Se existe, até que ponto o site de compra pode ou deve fornecer informações aos usuários? Por exemplo, na compra de um produto por meio de boleto bancário, o comprador pode desistir sem que haja problema?"

Richard de Paula Moreira, de Rifaina (SP)

O senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** responde:

Para suprir a falta de leis específicas, hoje são aplicadas as mesmas normas do comércio tradicional. No caso que você cita, da desistência de uma compra, vale o que está estabelecido no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Se não houver entendimento entre as partes, infelizmente, os advogados têm que se limitar a adaptar e interpretar o Código Civil para os casos relacionados à internet, um instrumento de comunicação novo que cresce em velocidade vertiginosa à frente da lei. O aumento das transações *on-line* é algo inevitável hoje. Ou as empresas se adaptam a esse meio de transações ou estarão fora do mercado em poucos anos. Sem dúvida, a regularização

dessa atividade com leis específicas é indispensável para seu crescimento saudável. Diante dos crimes que ocorrem hoje através da internet, priorizei a apresentação de um projeto de lei que está em discussão no Congresso Nacional que estabelece punições para 13 delitos. O projeto criminaliza, entre outras situações, o acesso a equipamentos ou redes com violação da segurança; transferência sem autorização de dados e informações; falsificação de dados ou documentos; criação, divulgação ou manutenção de arquivos com material pornográfico pedófilo.



Brasil precisa de mais doadores de ossos

Ainda pouco conhecida e praticada, a doação de ossos pode ajudar pessoas com doenças que provocam perda óssea, como tumores, ou que utilizam próteses, cuja substituição exige preenchimento ósseo nas

articulações, além de pacientes com problemas odontológicos. No Brasil existem seis bancos de tecidos músculo-esqueléticos (ossos, cartilagens, peles e ligamentos). O maior deles recebeu apenas dez doações de ossos em 2008.

Autorização para retirada depende da família

Para ser um doador de ossos é importante manifestar essa intenção aos familiares ao longo da vida, pois, confirmada a morte do doador, a autorização para a cirurgia de retirada do material é dada somente pela família ou por representante legal. Uma das razões para o reduzido número de doações de ossos no país é o receio de que o corpo não tenha sua aparência preservada no velório.

Mas a Lei 9.434/97, conhecida como Lei dos Transplantes ou Lei da Vida, determina que, "após a retirada de tecidos, órgãos e partes, o cadáver será condignamente recomposto para ser entregue, em seguida, aos parentes ou seus responsáveis legais para sepultamento". De acordo com o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), instituição responsável pela captação das doações no Rio de Janeiro, as regiões com ausência de pele são cobertas e as cavidades preenchidas com material sintético. Em nenhuma hipótese são retirados ossos da face do doador.

Segundo o diretor médico do Banco de Tecidos Músculo-Esqueléticos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, Paulo Alencar, geralmente são retirados ossos apenas de braços e pernas. Uma única doação pode beneficiar entre 30 e 35 pacientes.

Os ossos podem ser transplantados na forma original ou em pequenos fragmentos. As cirurgias são indicadas para portadores de tumores ósseos, para evitar amputação; pacientes com próteses de quadril ou de joelho, que precisam ser trocadas devido ao desgaste do material; e ainda crianças portadoras de graves deformidades da coluna vertebral, que necessitam de cirurgia corretiva.

A Lei dos Transplantes também estabelece que a retirada de tecidos e órgãos do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica. Tal estado será constatado e regis-

trado por dois médicos que não integrem as equipes de remoção e transplante e que devem utilizar critérios definidos pelo Conselho Federal de Medicina.

Nos Estados Unidos são feitas cerca de 12 mil doações de ossos anualmente, que permitem mais de 150 mil operações de transplantes de tecidos ósseos. No Brasil, a média é de 50 doações por ano.

O Into, o maior banco de ossos do país, com condições de captar e processar cerca de 60 doações por mês, recebeu apenas 11 em 2007 e dez em 2008.



Projeto obriga hospitais a terem estrutura de captação de órgãos

PLS 347/07 – Apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), altera a Lei 9.434/97 (Lei dos Transplantes) para obrigar hospitais com mais de 80 leitos, ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo, a manterem comissões de captação e doação de órgãos. As comissões devem ser compostas por profissionais do quadro da instituição e têm a finalidade de identificar possíveis doadores de órgãos, tecidos ou partes do corpo para fins de transplante ou tratamento entre os pacientes internados. Os profissionais devem ainda fazer contato com os familiares dos possíveis doadores para obter autorização para a doação, além de manter meios de comuni-

cação permanente com as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos estaduais onde estão localizados. O PLS 347 recebeu parecer favorável do relator Inácio Arruda (PCdoB-CE) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa, ou seja, se não houver nenhum recurso para ser analisada em Plenário, a proposta vai direto para o exame da Câmara dos Deputados.

Passo a passo da doação ao transplante

Constatada a morte encefálica e a existência de um doador, o hospital comunica à central estadual de transplantes a possibilidade de uma nova doação. A equipe da central realiza então exames à procura de indícios de doenças transmitidas pelo sangue, como hepatite, Aids e malária, que podem infectar o receptor. O doador também deve ser excluído se forem detectados câncer, osteoporose, doenças infecciosas ou uso recente e prolongado de corticoide (substância usada em tratamentos de doenças inflamatórias reumáticas, renais e neurológicas).

Numa outra etapa, após esses exames preliminares, a central estadual de transplantes entra em contato com um dos seis bancos de ossos do país (veja a lista abaixo), que fará uma série de exames para comprovar a qualidade do material retirado do corpo. Outro procedimento para afastar a possibilidade de transmissão de doenças infecto-contagiosas é submeter a família do doador a um questionário clínico sobre o histórico de saúde. Somente depois desses procedimentos, que eliminam o já considerado baixo índice de rejeição detectado nesse tipo de transplante, os ossos são captados e encaminhados para o banco e ficam armazenados a uma temperatura de -85°C à disposição dos hospitais credenciados no Sistema Nacional de Transplantes (SNT), que solicitam o material para cirurgias.

Os transplantes e enxertos de tecidos músculo-esqueléticos podem ser realizados em 38 hospitais localizados nas cidades de Salvador, Fortaleza, Goiânia, Cuiabá, Curitiba, Londrina (PR), Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Passo Fundo (RS), Florianópolis, Aracaju, São Paulo e nas cidades paulistas de Ribeirão Preto, Botucatu, Campinas e Sorocaba.

Desde julho de 2006, cirurgiões-dentistas cadastrados no SNT têm acesso aos bancos de ossos autorizados a fornecer tecido ósseo para enxerto.

Saiba mais

Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes

Esplanada dos Ministérios, bloco G, sala 933
Brasília (DF) – CEP 70058-900
(61) 3315-2021 e 0800-611997
snt@saude.gov.br
www.saude.gov.br/transplantes
(nesse endereço eletrônico é possível ter acesso aos dados completos das centrais de transplantes estaduais)

Bancos de tecidos músculo-esqueléticos no país

Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into) – Rio de Janeiro-RJ
(21) 3682-7759

Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – (11) 3069-6776
(banco.tecidos.iot@hcnet.usp.br)

Hospital Universitário de Marília – Marília-SP – (14) 3454-0444
(uniouss@uniouss.com.br)

Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – São Paulo-SP – (11) 2476-7400
(banco.tecidos@santacasasp.org.br)

Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná – Curitiba-PR
(41) 3262-4569 (btme@hc.ufpr.br)
Associação Hospitalar São Vicente de Paulo – Passo Fundo-RS – (54) 3316-4000 e 3316-4015 (bttecidos@hsvp.com.br)